EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA: provocações metacoloniais brasileiras

Climério Manoel Macêdo Moraes[1]

Maeve Mascarenhas de Cerqueira[2]

Beatriz de Oliveira Moraes[3]

> Infelizmente, a política educacional no Brasil pensa que a escola é um prédio, e por isso desvaloriza tanto o trabalho dos educadores. Enchem a sala de meninos e trancam a porta: pronto, estão na escola (*Futuro Ancestral*; Ailton Krenak, 2022).

RESUMO

O presente ensaio especulativo propõe reflexões sobre a Educação Ecossocialista, entendida como resposta urgente à era do Antropoceno que ameaça a vida terrestre e se expressa em uma tríplice crise: ecológica, social e ontológico-epistêmica. Parte dos estudos de Ian Angus acerca das causas e consequências do Antropoceno e de sua solução mais sóbria: o ecossocialismo. Em seguida, apresenta provocações metacoloniais de quatro pensadores brasileiros – o indígena Ailton Krenak, o quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), o campesino Joelson Ferreira (Mestre Joelson) e o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro –, no esforço de urdir devires-outros de escola e currículo no Brasil, com vistas a fornecer substrato teórico à Educação Ecossocialista.

Palavras-chave: Educação Ecossocialista; Antropoceno; Ecossocialismo; Currículo Metacolonial; Pedagogias Insurgentes.

RÉSUMÉ

Le présent essai spéculatif propose des réflexions sur l'Éducation écosocialiste, entendue comme une réponse urgente à l'ère de l'Anthropocène, qui menace la vie terrestre et s'exprime par une triple crise: écologique, sociale et ontologico-épistémique. Il s'appuie sur les études d'Ian Angus concernant les causes et les conséquences de l'Anthropocène ainsi que sur sa solution la plus sobre: l'écosocialisme. Ensuite, il présente des provocations métacoloniales de quatre penseurs brésiliens – l'autochtone Ailton Krenak, le quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), le paysan Joelson Ferreira (Mestre Joelson) et l'anthropologue Eduardo Viveiros de Castro –, dans l'effort de tisser des devenirs-autres de l'école et du curriculum au Brésil, en vue de fournir un substrat théorique à l'Éducation Écosocialiste

Mots-clés: Éducation Écosocialiste; Anthropocène; Écosocialisme; Curriculum Métacolonial; Pédagogies Insurgentes.

---

[1] Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA); Mestre em Educação (UFMG); Especialista em Análise Ambiental Urbana (UECE); Pedagogo (UCSal).

[2] Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Educação (Universidad Del Mar/Chile); Mestre em Educação (Université du Québec à Chicoutimi/Canadá); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UECE); Bacharela em Direito (UFBA); Licenciada em Filosofia (UCSal).

[3] Cientista Social (FFLCH/USP); Assessora Indigenista.

1. INTRODUÇÃO

A falência da empreitada colonialista europeia, sustentada por uma lógica extrativista, produtivista e consumista, desdobrou-se não apenas em um mero aumento da poluição e da temperatura no ambiente físico do planeta Terra, mas em uma perigosa crise ecológica sem precedentes na história, denominada pelos cientistas de Antropoceno. Trata-se da era do homem e de sua dependência do "capitalismo fóssil" que, se não for suprimido, conduzirá ao apartheid ambiental global e ao ameaçador estágio histórico do "exterminismo"[4]. Em suma, o Antropoceno está implicado em uma tríplice crise: ecológica, social e ontológico-epistêmica que exige o reconhecimento de formas diferentes de ser, existir e conhecer.

Dessa forma, este ensaio especulativo nasce como um enfrentamento dessa crise triádica do Antropoceno, à guisa de uma Educação Ecossocialista pautada nas contribuições dos estudos do ecossocialismo e em devires-outros de escola e de currículo. Esses devires são inspirados em quatro provocações de "pensadores metacoloniais" brasileiros – citados logo mais à frente – que, apesar de suas nuances, têm em comum a recusa das promessas civilizatórias do projeto moderno eurocentrado, edificado na dualidade sociedade versus natureza.

A propósito, aqui, a palavra "metacoloniais" (e todas as suas variantes)[5] enseja pensar e agir "além" de padrões ou dinâmicas coloniais que possam persistir de forma sutil ou explícita. Assim, ela almeja "mudança ou transformação" diante de qualquer tentativa de opressão ontológica "multinaturalista" ("humana" e "não-humana", para sermos compreendidos). Isso não significa afirmar, neste ensaio, que um pensamento metacolonial – por mais que seja, por vezes, até contracolonial – não esteja aberto a "negociações" com um mundo ainda instituído em vícios ecocidas. Talvez seja mais adequado assinalar que nossa metacolonialidade é forjada à maneira de uma fenda, sem renunciar a devires-outros de mundo.

[4] Conforme John Foster (2023, p 18), as expressões "**apartheid ambiental global**" e "**exterminismo**" são de E. P. Thompson, advertindo ainda que as **condições de existência de milhões ou talvez bilhões de pessoas serão destruídas e a própria base da vida como a conhecemos hoje ficará sob ameaça** (grifos nossos).

[5] Reconhecemos a relevância e a fecundidade crítica do termo "Decolonial", consagrado no debate acadêmico contemporâneo. No entanto, optamos por utilizar aqui a expressão "metacolonial", entendendo-a como uma provocação conceitual que nos permite maior abertura e mobilidade. O metacolonial não nega a decolonialidade, mas a amplia no sentido de abrigar perspectivas diversas: desde as formulações de Ailton Krenak, frequentemente situadas no campo decolonial; passando pelas insurgências contracoloniais de Nêgo Bispo; pelas pedagogias de Mestre Joelson, que não recusam o diálogo com a chamada "ciência moderna"; até os deslocamentos ontológicos propostos por Eduardo Viveiros de Castro em interlocução com Deleuze. Desse modo, "metacolonial" não busca instituir uma nova camisa de força teórica, mas abrir um espaço de trânsito, tensionamento e acolhimento de epistemologias e ontologias que se colocam para além das narrativas colonizadoras.

Diamantina Presença
RevistaDigital

O ensaio será dividido em dois tópicos. O primeiro, denominado *Ecossocialismo: degustações fugazes*, apresenta uma leitura abreviada e reflexiva do ecossocialismo como alternativa à recente fase do Antropoceno que agoniza o planeta, conforme adverte Ian Angus. O segundo, *Devires-Outros de Escola e de Currículo no Brasil*, aborda algumas ideias pontuais da cosmovisão indígena de Ailton Krenak, do quilombismo de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), da Teia dos Povos do campesino Joelson Ferreira (Mestre Joelson) e dos estudos sobre o "perspectivismo ameríndio" do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, com o intuito de esboçar uma reflexão teórica acerca de uma Educação Ecossocialista que se alia às chamadas pedagogias insurgentes.

1 – ANTROPOCENO E ECOSSOCIALISMO: DEGUSTAÇÕES FUGAZES

Discorrer sobre a potência de uma Educação Ecossocialista requer, antes de tudo, situar o que se entende por Antropoceno e Ecossocialismo. Assim, por ora, faremos um saboreio parcimonioso e amargo acerca do controverso termo Antropoceno, que, de modo geral, significa a era da hegemonia instaurada por determinados homens da modernidade europeia e suas corporações globais, na fase do Capitaloceno – abordagem que compreende a crise ambiental atual como resultado das dinâmicas do sistema capitalista ávido por lucro, e não da "humanidade em geral", interpretação que corresponderia a um Antropoceno ingênuo. Esse processo alimenta-se, entre outras características, da radical cisão da modernidade edificada na dicotomia sociedade versus natureza, em que esta não passa de um recurso a ser explorado pela primeira, qual seja, a sociedade industrial burguesa.

Dito de outro modo (e para sermos didáticos): o Antropoceno é a era do homem, mas de poucos e vorazes homens, "comedores de terra" ou "homens da mercadoria", para usar algumas expressões do xamã yanomami Davi Kopenawa (2015). Estes, sim, são os verdadeiros responsáveis pela devastação ambiental do planeta Terra.

John Bellamy Foster, um dos principais pensadores do ecossocialismo contemporâneo, em sua apresentação do livro *Enfrentando o Antropoceno...*, de Ian Angus (2023), afirma que o Antropoceno é considerado o novo período geológico após o Holoceno, que perdurou entre 10

mil e 12 mil anos, e representa o que tem sido chamado de "ruptura antropogênica"[6] na história do planeta. Segundo esse autor, o Antropoceno foi formalmente introduzido na discussão científica e ambiental pelo climatologista Paul Crutzen, em 2000, e resume a ideia de que os seres humanos se tornaram a principal força geológica emergente que hoje afeta o futuro do sistema terrestre. Ainda conforme Foster, embora muitas vezes seja datado da Revolução Industrial (fim do século XVIII), o surgimento do Antropoceno remonta mais precisamente ao fim da década de 1940 e ao início da década de 1950. Evidências científicas recentes sugerem que houve um pico por volta de 1950, marcando uma Grande Aceleração do impacto humano sobre o meio ambiente (ibid., p. 11).

Quando sublinhamos, há pouco, que o Antropoceno é um termo controverso[7], é imprescindível salientar, conforme adverte Ian Angus, que sua aceitação oficial como nova época da escala do tempo geológico está longe de ser certa, uma vez que depende da aprovação dos geólogos e de suas associações mais relevantes no mundo (ibid. p.09-10). Uma delas, de acordo com Angus, vem dando passos importantes para definir formalmente uma nova época do sistema terrestre. Ele se refere ao Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno (AWG, sigla em inglês), que analisou uma vasta gama de possíveis indicadores do início da mudança global em meados do século XX, como o aparecimento de plutônio-239, produzido pela primeira vez em 1952, em estratos geológicos, quando militares dos Estados Unidos começaram a testar armas termonucleares (bombas de hidrogênio) no oceano Pacífico, espalhando-se pelo mundo como precipitação atmosférica (2023, p. 9).

É o que os cientistas apelidaram de Grande Aceleração da mudança ambiental, mencionada na citação de John Foster anteriormente. Entretanto, apesar das fortes evidências reunidas pelo AWG, a aceitação oficial do Antropoceno depende da aprovação de 60% dos membros de outros dois comitês geológicos e da conservadora União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS, sigla em inglês) (ibid., p. 9-10).

[6] Cf. Clive Hamilton e Jacques Grinevald, "Was the Anthropocene Anticipated?", *Antrhopocene Review*, 2015, p. 67.

[7] Alguns autores, como Jason W. Moore, preferem o termo "Capitaloceno" ao invés de "Antropoceno", pois este ocultaria as responsabilidades históricas ao atribuir a crise ecológica à "humanidade em geral". Para Moore, trata-se de um sistema específico — o capitalismo moderno, forjado no colonialismo, na escravidão e no patriarcado — cuja lógica de "natureza barata" converteu florestas, corpos e ecossistemas em zonas de sacrifício para o lucro (MOORE, 2022, p. 129-185).

Diamantina Presença
RevistaDigital

Ainda assim, continua Angus, mesmo que o Antropoceno não cumpra os rígidos requisitos da geologia, a ideia de um novo estágio na história do sistema terrestre – e de sua crise – é hoje amplamente aceita por cientistas de outras disciplinas. De forma sucinta, o autor aponta algumas consequências do Antropoceno ao mencionar que, em 2023, as temperaturas globais dispararam como resultado direto dos níveis de dióxido de carbono, mais elevados do que em qualquer outro momento da história[8]. Ademais, Angus destaca que estudos recentes preveem que, mesmo nos cenários mais otimistas, até 90% da população mundial enfrentará os efeitos combinados de calor e seca neste século, sendo o impacto desproporcional nas regiões mais pobres do Sul Global (ibid., p. 10). Certamente, parte significativa dessa população já sofre, ou sofrerá, com o que vem sendo denominado "racismo ambiental".

De acordo com Joice Berth, em *Se a cidade fosse nossa...* (2023), o conceito de "racismo ambiental" foi cunhado, em 1981, pelo líder afro-americano de direitos civis Benjamin Franklin Chavis Jr. Tal conceito surgiu nos Estados Unidos, em um contexto de manifestações do movimento negro contra injustiças ambientais. Para a autora, as maiores vítimas de racismo ambiental são os povos indígenas, os quilombolas, a população ribeirinha e todas as comunidades formadas por indivíduos não brancos nos lugares onde a natureza é ou deveria ser preservada. A título de ilustração ocorrida nos Estados Unidos, Berth relata que, quando são feitas instalações de resíduos tóxicos, com venenos e poluentes, tais instalações ficam próximos às comunidades negras. Todavia, a autora enfatiza que, de maneira geral, o racismo ambiental se concentra nas questões climáticas (2023, p. 151). E, por sinal, já estamos vivenciando o fenômeno dos refugiados climáticos em todo o planeta.

Como se não bastasse toda essa situação caótica, Angus alerta que as alterações climáticas, o desflorestamento e a disseminação massiva da agricultura industrial, baseada em produtos químicos, estão levando à extinção de inúmeros organismos (ou seja, à perda da biodiversidade). Entre os exemplos, cita que dois terços dos insetos do mundo poderão ser extintos até meados deste século e que 49% de todas as espécies de aves selvagens estão desaparecendo antes mesmo de serem catalogadas pelos cientistas (ibid., p. 10). E o que dizer da acidificação dos oceanos, que também prejudicará a biodiversidade marinha e os ecossistemas aquáticos? Outra triste sequela, é preciso acrescentar, é que diferentes espécies já vêm enfrentando dificuldades de adaptação, gerando desequilíbrios ambientais e, em

[8] As medições climáticas, tal como as conhecemos hoje, foram oficializadas a partir do século XIX, em função da criação de redes de observação e do desenvolvimento de registros instrumentais de temperatura.

Diamantina Presença
RevistaDigital

decorrência disso, acentuando a escassez de alimentos – sem falar no aumento de doenças relacionadas à poluição e ao calor.

Após essa sucinta explanação acerca do Antropoceno e de alguns exemplos de suas consequências para o planeta Terra, passaremos, a partir de agora, a outra degustação, conforme prometido. Desta vez, um saboreio recheado de esperança: o ecossocialismo. Mais uma vez aportamos nos estudos de Ian Angus, especificamente na última parte de *Enfrentando o Antropoceno...*, denominada "Alternativa". De antemão, algo nos move a destacar a seguinte afirmação desse autor:

> **O movimento ecossocialista** visa a parar e reverter o processo desastroso de aquecimento global, em particular, e o ecocídio capitalista, em geral, e construir uma alternativa prática e radical ao sistema capitalista... **Critica tanto a "ecologia de mercado"[9] capitalista quanto o socialismo produtivista, que ignorou o equilíbrio e os limites da Terra**. Ele redefine o caminho e o objetivo do socialismo a partir de uma **estrutura ecológica e democrática** (ibid. p. 229), (Grifos nossos)[10].

Diante do exposto, podemos prosseguir com os argumentos de Angus ao sublinhar que a palavra "ecossocialismo" migrou do alemão para o inglês por volta de 1980 e hoje é utilizada por ativistas que concordam com a máxima de que "não pode haver uma verdadeira revolução ecológica que não seja socialista nem uma verdadeira revolução socialista que não seja ecológica". Além disso, o movimento ecossocialista está longe – o que é salutar – de ser monolítico (ibid., p. 228).

Em linhas gerais, o ecossocialismo (passim., p. 220-223) constitui um motivo de esperança no Antropoceno, associado a práticas de ajuda mútua e altruísmo, observadas historicamente em situações de desastre – desde a Segunda Guerra Mundial até enchentes, tornados e terremotos –, como assinala Angus com base em Rebecca Solnit. Esse horizonte ecossocialista articula-se, por um lado, com a ideia de *sociedade solidária*, formulada por Michael Lebowitz em *A alternativa socialista*; e, por outro, com a noção de *civilização ecológica*, descrita por Fred Magdoff como "o oposto do capitalismo em praticamente todos os aspectos". Magdoff reconhece ser impossível antecipar como tais civilizações se organizarão no futuro; ainda assim,

[9](sic!). Ou seria mais adequado "economia de mercado"?

[10] Essa citação é parte da conclusão da "Declaração de Belém", de 2008, reescrita pelo próprio I. Angus, Joel Kovel, Michael Löwy e Danielle Follet. Ela foi endossada por ecossocialistas de cerca de quarenta países e, portanto, [à época] é o que mais se aproximou de uma manifestação de consenso global sobre os pontos de vista ecossocialistas (ibid. pp. 228-229).

a partir de suas formulações, elaboramos nós mesmos um *cardápio condensado* de princípios orientadores de uma "sociedade justa e ecológica".

Esse cardápio contempla propostas centrais de uma *civilização ecológica*: a) Ele deve: proporcionar uma existência humana decente para todos – o que inclui alimentação, água potável, saneamento, assistência médica, moradia, vestuário, educação e acesso a possibilidades culturais e recreativas; **eliminar a dominação ou o controle dos seres humanos por outros e promover a fácil destituição de membros eleitos**; b) Ele deveria: **parar de crescer quando as necessidades humanas básicas forem satisfeitas**; não estimular o consumismo ilimitado; estimular características humanas de cooperação, compartilhamento e reciprocidade; e, por fim, promover a **tomada de decisões políticas e econômicas verdadeiramente democráticas** (grifos nossos, ibid., p. 222).

O ecossocialismo também possui seus direitos humanos básicos, adverte Angus: os mais oprimidos da sociedade humana – pobres e povos indígenas – devem participar plenamente da revolução ecossocialista, ressaltando a igualdade de gênero, o acesso a alimentos livres de produtos químicos e a fontes de energia renováveis e não poluentes. Resumidamente, o ecossocialismo e os objetivos do "socialismo verde" não se iludem quanto ao mito do "capitalismo limpo"; por isso, defendem a imposição de mudanças elementares aos poderes constituídos: governos, empresas e instituições internacionais.

Por conseguinte, e sem perder de vista a "Declaração de Belém", de 2008, Angus propõe transformações radicais em diferentes esferas. Inspirados em suas formulações, elaboramos, desta vez, este *menu ecossocialista condensado*, sem qualquer ordem hierárquica: a) sistemas energéticos – substituição de combustíveis fósseis e biocombustíveis à base de carbono por energias limpas; b) sistema de transporte – substituição do uso de caminhões e automóveis particulares por transporte público gratuito e eficiente; c) modelos de produção, consumo e edificação – superação do desperdício e da obsolescência programada, priorizando bens sustentáveis, recicláveis e arquitetura verde; d) produção e distribuição de alimentos – defesa da soberania alimentar local, eliminação do agronegócio industrial poluente, criação de agroecossistemas sustentáveis e recuperação da fertilidade dos solos; e) programas de despoluição – eliminação da energia nuclear e redirecionamento dos gastos de guerra.

Por fim, Angus previne que a devastação ambiental não será detida em salas de reuniões, nem por meio de negociações e tratados. Ele ressalta que trabalhadores urbanos e rurais, povos do

Diamantina Presença
RevistaDigital

Sul Global e povos indígenas em todo o mundo estão na vanguarda da luta contra a injustiça social e ambiental, combatendo multinacionais que exploram e poluem, bem como o agronegócio que envenena e não tem regulamentação efetiva [digamos que rígida]. E acrescenta: "devemos promover esses movimentos socioambientais e construir uma solidariedade entre as mobilizações ambientais anticapitalistas do Norte e do Sul" (ibid., p. 233-234).

Não sabemos se o leitor, a esta altura, já se sente "indigesto", pois, ao fim e ao cabo, Angus ainda enumera – num estilo por vezes panfletário – quatro características em direção a um Movimento Ecossocialista necessário. Em primeiro lugar, afirma que a esquerda verde deve ser pluralista e aberta a diferentes pontos de vista, uma vez que ninguém possui o monopólio da verdade nem a chave mágica do reino ecossocialista. Em segundo, defende que análises e programas precisam ser constantemente aprimorados à luz das mudanças políticas e dos avanços científicos, lembrando que, no século passado, muitos marxistas trataram o marxismo como textos sagrados que continham todas as respostas, geralmente interpretados por um ou outro líder socialista. Em terceiro, sublinha a necessidade de ser internacionalista e anticapitalista, pois os ecossistemas não respeitam fronteiras nacionais e não existe solução nacional para a mudança climática, ainda que cada país deva buscar respostas próprias. Por fim, enfatiza a participação ativa em lutas ambientais, tanto grandes quanto pequenas, de modo a reunir socialistas, liberais, verdes radicais, sindicalistas, feministas, ativistas indígenas e outros (passim., p. 245-248).

Resta-nos, agora, duas ponderações acerca das análises de Ian Angus aqui expostas. A primeira diz respeito ao fato de que, apesar de seu reconhecimento internacional e da notável contribuição ao entendimento do ecossocialismo – sobretudo pela análise do capitalismo fóssil como matriz da devastação planetária e pela crítica inspirada no marxismo ecológico –, Angus ainda evoca uma racionalidade sistêmica e universalizante, própria do Norte Global. Para ele, a Terra aparece majoritariamente como "sistema", e não como "território", mesmo quando faz rápidas menções aos povos originários do Sul Global. Esses povos, em sua obra, não figuram como protagonistas de saberes ontológicos próprios, enraizados nas ancestralidades indígenas, quilombolas e camponesas, entre outras minorias majoritárias no Brasil.

A segunda ponderação é que, ao denunciar o Antropoceno recente, Angus privilegia a narrativa da Revolução Industrial, omitindo o papel originário da escravidão, da colonialidade e do

extermínio dos povos indígenas nas terras colonizadas. Além disso, termos recorrentes como "radical" e "desenvolvimento" exigem cautela: o primeiro pode evocar traumas autoritários de experiências socialistas do século XX; o segundo, mesmo reformulado, continua a carregar o peso do produtivismo e das promessas do "capitalismo verde" e do "desenvolvimento sustentável".

Em conclusão, a contribuição de Ian Angus é fecunda, mas precisa ser atravessada por outras vozes e cosmopolíticas, como será visto no próximo tópico: os avisos ancestrais de Ailton Krenak; as sabedorias da terra, ressaltadas por Nêgo Bispo; as pedagogias insurgentes da Teia dos Povos, defendida por Mestre Joelson; e a "virada ontológica" de Eduardo Viveiros de Castro, cujo "perspectivismo ameríndio" inspira o campo educacional. Afinal, como ensinar a uma criança que animais e outros seres possuem agência, ou seja, a capacidade de agir e decidir, assim como os humanos?

Sob essa perspectiva, é crucial que o leitor se desvencilhe da ideia costumeira de "Escola Moderna", pois será tensionada sua espinha dorsal – o campo conflituoso do currículo – em prol de uma Educação Ecossocialista ainda em aberto, sem contornos rígidos.

2 – DEVIRES-OUTROS DE ESCOLA E DE CURRÍCULO NO BRASIL

Tudo o que este ensaio rejeita veementemente em sua proposta de Educação Ecossocialista é o que Jurjo Torres Santomé denominou de "currículos turísticos", em que as práticas curriculares abordam culturas negadas, silenciadas ou marginalizadas do cânone oficial em lições e unidades didáticas isoladas (ou como temas transversais). Nessas situações, a diversidade cultural é tratada de forma esporádica, recorrendo a atitudes como: trivialização (superficialidade, banalidade e folclorização); souvenir (exotismo de uma pequena parte das culturas não hegemônicas, apenas como lembrança); desconexão (a lógica escolar do conhecido "Dia de/Do...", que desconecta a diversidade cultural da vida cotidiana em sala de aula); estereotipagem (uso recorrente de imagens racistas de coletivos diferentes); e tergiversação (psicologização dos problemas raciais e sociais, como estratégia de deformar e/ou ocultar a história e as origens das populações consideradas "residuais", objeto de marginalização e/ou xenofobia) (1995, passim, p. 166-175).

Diamantina Presença
RevistaDigital

Os *devires-outros* de escola e de currículo a serem semeados no Brasil – e, por que não, alhures – implicam romper com a ideia de que só há uma forma legítima de conhecer, narrar o mundo, aprender e ensinar. Lamentavelmente, nosso currículo escolar ainda é, em grande medida, herdeiro da monocultura do saber eurocentrado: linear, abstrato, hegemônico e descolado da vida. Frente a isso, pensadores e pensadoras dos povos do Sul Global – indígenas, quilombolas, camponeses, enfim, as "maiorias minoritárias" – vêm anunciando outras possibilidades de ensinar e aprender. São filosofias vivas, políticas do cotidiano e práticas pedagógicas que talvez não caibam no habitual livro didático, mas que fazem brotar outras cosmovisões para além dos colonialismos, ou seja, almejam escolas e currículos metacoloniais.

A proposta de uma Educação Ecossocialista exige, portanto, uma ruptura com a estrutura escolar e curricular herdada do projeto moderno-colonial. É preciso reimaginar o currículo não como uma sequência técnica de competências a desenvolver, mas como um campo de disputas epistêmicas, ontológicas e políticas. Não há como pensar uma educação comprometida com a justiça ecológica e social se ela continuar operando exclusivamente com a mesma normatividade arquitetural e a mesma cosmovisão epistêmica eurocêntrica, que apaga a pluralidade de saberes dos povos colonizados, naturalizando o mesmo *modus operandi* do "currículo turístico" aludido por Santomé. Prossigamos, agora, como anunciado, às quatro provocações assentadas em epistemologias e/ou ontologias alternativas, enfim, em outras cosmologias metacoloniais que já demonstraram formas de ser e estar no mundo ecologicamente inspiradoras diante da face cruel do Antropoceno.

I – Provocações metacoloniais de Ailton Krenak: a escola e o currículo como "futuro ancestral"

Ailton Krenak, intelectual indígena e referência no pensamento ecológico, evidencia, em suas diferentes obras, provocações que estamos chamando de metacoloniais e que darão substrato teórico à nossa proposta de Educação Ecossocialista. Em *A vida não é útil* (2020, passim, p. 15-29), esse autor centra boa parte de suas ideias na crítica à modernidade ocidental europeia – comentada por nós no tópico precedente – que instituiu uma clivagem radical entre sociedade e natureza, instaurando um paradigma que naturaliza a exploração do planeta como se este fosse um simples estoque de recursos a serviço da humanidade. Contra esse delírio civilizatório, o autor sentencia: "Estamos cansados de modernidade" (ibid., p. 17), denunciando o esgotamento

Diamantina Presença
RevistaDigital

de um projeto que transforma a vida em mercadoria e nos desconecta do organismo vivo que é a Terra.

Essa defesa da ideia de que o planeta é um organismo vivo confronta diretamente a arrogância da ciência moderna, cuja intolerância se revela no episódio emblemático da expulsão de James Lovelock – criador da Teoria de Gaia – de um programa da NASA. Vejamos literalmente o que disse Krenak a esse respeito:

> James Lovelock, criador da teoria de Gaia, foi colocado para fora de um programa de pesquisa da NASA, marginalizado pela turma que acreditava demais na teoria de Darwin. Para eles, a ideia de que a Terra é um organismo vivo era anticientífica. Até o final da década de 1990 se desprezou qualquer pesquisa que quisesse tratar esse organismo como coisa inteligente (ibid., p. 18-19).

Curiosamente, essas primeiras provocações metacoloniais de Krenak, em que ele tece crítica ao cientificismo cego, ratificado no exemplo acima, apresentam um paralelo interessante com a filosofia de Martin Heidegger que, no esteio das epistemologias alternativas, em uma entrevista de 1969, já advertia para os limites de uma ciência prisioneira da lógica racional e calculista. Segundo Heidegger, "a ciência não pensa" e não se questiona sobre seus próprios pressupostos, como a ideia de um real absoluto e a imagem do homem como ser racional. Para Heidegger, a ciência não é a manifestação mais nobre da cultura, pois ela homogeneíza o mundo, ignorando as diferentes formas de existência que poderiam ser exploradas. Sua proposta é a de uma ciência que vá além da lógica racional, propondo uma nova maneira de fazer ciência: mais afetiva e vital, em sintonia com o mundo (FEITOSA, 2004, passim, p. 81-82).

Mas Krenak não encerra aí sua crítica ao cientificismo moderno. No icônico livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), ele também coloca em xeque a visão tradicional da ciência, que separa o homem da natureza e a concebe como um recurso a ser explorado. Nessa perspectiva, Krenak questiona a ideia de "desenvolvimento sustentável", que ele considera um mito, uma invenção corporativa usada para justificar o saque à natureza. Em seus termos: "Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?" (KRENAK, 2020, p. 16-22). Para esse autor, a ideia de sustentabilidade não deve ser uma justificativa para a exploração, mas um princípio de equilíbrio e respeito mútuo entre todos os seres.

Já em *Futuro ancestral* (2022), Krenak nos convida a pensar uma educação que reencontre o sentido da vida como experiência coletiva, não como competição individual. Ao citar algumas escolas indígenas, mesmo diante das dificuldades em reconfigurar o aparelho escolar, o autor é enfático ao afirmar que não educam crianças para que sejam campeãs em alguma coisa, mas

Diamantina Presença
RevistaDigital

para que sejam companheiras umas das outras. Ele ainda sublinha: "Não almejamos, por exemplo, que virem chefes... a base da educação é feita em fricção com o cotidiano... A eventual liderança de uma criança será resultado da experiência diária de colaboração com os outros, não de concorrência" (ibid., p. 114-115).

Provavelmente, o interlocutor deste ensaio poderá querer uma resposta, talvez pragmática, de como seria um currículo diante do pensamento de Ailton Krenak. Tarefa difícil de cumprir, em um ensaio dessa natureza, se operarmos no habitual conceito de currículo que tem como objeto de estudo "a seleção – e para alguns, também a organização – do conhecimento escolar" manifestado tradicionalmente em gavetas disciplinares. Numa tentativa aparentemente simples, poderíamos nos valer do próprio Krenak e oferecer dois outros exemplos como resposta, além da experiência citada acima: em diferentes lugares, há pessoas lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia e da permacultura.

É uma micropolítica, como ele sublinha, que se dissemina e ocupa o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando hortas no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for... É uma "Refazenda", aludindo à composição de Gilberto Gil. É também uma utopia em transformar o concreto do cemitério urbano em vida, viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade de outro (KRENAK, 2020, p. 21-22). Óbvio que é muito mais do que isso e exige de nós outra filosofia de pensar o que chamamos de humanidade: "não estou falando só de *Homo sapiens*", adverte Krenak, "refiro-me a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre" (ibid., p. 9).

Enfim, poderíamos concluir, diante dessas reflexões krenakianas, que o futuro da escola e do currículo é ancestral; ou seja, deveria se inspirar no longo antepassado dos povos originários, em seus saberes e vivências.

II – Provocações contra e metacoloniais de Nêgo Bispo: a escola e o currículo como território e guerra das denominações

Continuando nossas provocações ou notas tímidas em direção a uma noção conceitual mais consistente do que seja uma Educação Ecossocialista e metacolonial, iremos, doravante, lançar voos em alguns ecos do pensamento do filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo

Diamantina Presença
RevistaDigital

Bispo) em *A terra dá, a terra quer* (2023). Ao que parece, este autor talvez seja o mais insurgente entre todos os citados neste ensaio, no sentido de refutar qualquer tipo de diálogo e/ou hibridação com as proposições epistemológicas hegemônicas ocidentais. De um modo geral, nesse livro, Nêgo Bispo busca triturar, de forma poética, os fundamentos do mundo colonial ocidental, denunciando com habilidade as desconexões nas relações que temos com os animais, nossos corpos, nossas roças, formas de comer, de construir nossas casas e, sobretudo, de falar e pensar, conforme salienta Malcom Ferdinand[11].

Vamos nos ater, mais precisamente, às formas de falar, isto é, a algumas ideias de Nêgo Bispo que dizem respeito ao poder da linguagem na luta contracolonial, imprescindíveis aos devires-outros de currículo e de escola. Desse modo, ele utiliza a expressão *guerra das denominações*, isto é, o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las. Nessa direção, apresenta exemplos contundentes, especialmente nos capítulos "Semear palavras", "Cidades e cosmofobia" e "Somos compartilhantes" do livro supracitado.

Uma dessas palavras colonialistas, para Nêgo Bispo, é *desenvolvimento*, que, em sua visão, deveria ser denominada *envolvimento*. Para ele, o "desenvolvimento" – inclusive o tão propalado "desenvolvimento sustentável", igualmente incômodo para Krenak, conforme vimos anteriormente – desconecta, tira do cosmo, quebra a originalidade. Em outras palavras, trata os seres humanos como se quisessem ser criadores, e não criaturas da natureza, como se buscassem superar a própria natureza.

Por conseguinte, Nêgo Bispo prefere a denominação *diversais* em vez de *humanismos*, por considerar que este último termo está intimamente ligado à noção de desenvolvimento. Para ele, "não se trata de desenvolver, mas de envolver. Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolver humanisticamente" (ibid., p. 30). O autor reforça essa observação ao afirmar que a humanidade se opõe ao envolvimento, isto é, a viver em relação com as árvores, a terra e as matas. Trata-se, portanto, não de um pensamento binário, mas de um pensamento fronteiriço, como sublinha Bispo. Ao prosseguir, ele ressalta que jamais atravessaremos para o lado do humanismo, mas "também nunca vamos querer que o humanismo atravesse para o nosso lado. Também não queremos que ele deixe de existir, só queremos que haja respeito e diálogos na fronteira. A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade" (ibid., p. 30-31).

[11] Conforme consta na *orelha* do referido livro.

Diamantina Presença
RevistaDigital

Esse pensamento de Nêgo Bispo pode parecer estranho, mas o autor está se referindo aos desígnios dos humanistas [eurocentrados], que buscam nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla. Em seu entendimento, o globo deve ser compreendido de forma diversal: como vários ecossistemas, vários idiomas e várias espécies. Assim, "quando falam em 'globalizar', estão dizendo 'unificar'. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas" (ibid., p. 31).

Entretanto, a palavra que mais germinou o "roçado linguístico" de Nêgo Bispo, segundo ele próprio, foi *confluência*. Isso porque essa é a energia que move para o compartilhamento – diferente de troca, que implica a substituição de um objeto por outro – para o reconhecimento e para o respeito. A confluência é uma força que rende, que aumenta e que amplia. Trata-se de uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto (ibid., p. 36).

Em suas vivências no território quilombola, Nêgo Bispo dá exemplos encantadores e simples do que a "terra dá". Na caatinga desse território, ele relata um compartilhamento singular – e corriqueiro – de um pé de umbuzeiro que oferece seus frutos, folhas e raízes, assim como outras árvores, como o pinhão, em suas trocas afetivas com os pássaros, como a juriti, que, por vezes, serve de alimento às pessoas – acontecimento pontual, sem tornar essa ave mercadoria. Similarmente, a árvore jacurutu dá afeto medicinal e sombra, por ser frondosa o ano inteiro (ibid., p. 36-37). Existem vários outros exemplos dados pelo autor, demonstrando o que a terra permanentemente dá e o que ela quer de nós: compartilhamento de afeto. Só!

É por essa vereda de reconhecimento do saber ancestral quilombola que uma Educação Ecossocialista deveria olhar, para que devires-outros de escola e de currículo possam germinar. Não de forma turística, como aludida por Santomé, mas como um "currículo em ação", que certamente exigiriam devires-outro de escola – uma "escola-território" – para sermos mais coerentes com o pensamento de Bispo. Óbvio que não foi gratuita a escolha de um pensamento cirúrgico de Ailton Krenak na epígrafe que inaugura este ensaio e que vale a pena ser aqui repetido em seu trecho inicial: "Infelizmente, a política educacional no Brasil pensa que a escola é um prédio..." (2022).

III – Provocações metacoloniais de Mestre Joelson: a escola e o currículo como ontologia integral homem-natureza

Diamantina Presença
RevistaDigital

Outra provocação metacolonial, agora mais sistematizada em termos pedagógicos, encontra-se nas férteis ideias de Mestre Joelson (Joelson Ferreira), intelectual das lutas territoriais e fundador da Teia dos Povos: uma "Grande Aliança Preta, Indígena e Popular" heterogênea, sem pretensão de identidade monolítica (2021, p. 38-39). Com base em sua reflexão, exposta por Erahsto Felício[12] em *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil* (2021), destacamos alguns argumentos centrais.

Para Joelson[13], vivemos uma crise estrutural do capitalismo, comparado a um "bicho acuado" que, temendo a morte, saqueia agressivamente a Mãe Terra, destruindo águas, matas e biomas em nome da manutenção dos lucros (ibid., p. 42). Nesse contexto, sua proposta de "terra e território" é crucial: a terra representa o chão conquistado; o território, por sua vez, é o espaço pleno de símbolos de pertencimento e de abundância da vida, "lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado" (ibid., p. 43-44). Um território só se constitui com autonomia, soberania, ancestralidade, espiritualidade e luta contra o imperialismo (ibid., p. 49-50).

Daí deriva a noção de soberania pedagógica, que visa manter a juventude nos territórios, evitando sua dispersão pela lógica do consumo e do falso empoderamento urbano. Para Joelson, uma educação integral deve articular formação política, trabalho, criatividade, arte, cultura, esportes e natureza, reconhecendo a escola como reflexo do espírito da comunidade. A pedagogia do território valoriza saberes ancestrais – plantar com os mais velhos, participar de mutirões, acolher enfermos – em diálogo crítico com os conhecimentos da ciência moderna, sempre subordinados às necessidades de cada comunidade (ibid., p. 84).

Essa pedagogia também inclui aprendizagens como saberes digitais, consciência racial e de gênero, e até autodefesa comunitária – além de novas formas de avaliação, coletivas e solidárias. Em síntese, a soberania pedagógica transforma o território em uma grande escola viva, capaz de encantar jovens com sua cultura e povo, tornando o ato de permanecer não apenas possível, mas desejável e esperançoso.

[12] "Estas são palavras de um discípulo para o pensamento de seu professor" (ibid., p. 23). Em outra passagem: "O livro é uma obra coletiva, ainda que seja assinado por poucos" (ibid., p. 25). Optamos, assim, por usar apenas o nome "Mestre Joelson" ao longo do texto, dado seu perfil de liderança.

[13] Mestre Joelson, além de sua trajetória de ativista e ex-sindicalista, dialoga com povos indígenas, quilombolas, assentados, sem-terra, pesquisadores e estudantes, construindo alianças por um viver mais digno, conforme destaca TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé) no prefácio do livro (ibid., p. 19).

Diamantina Presença
RevistaDigital

Por fim, para Joelson, a escola da soberania pedagógica é a da "unidade do saber, do ser humano integral e integrado à natureza", que não separa matemática de história, nem biologia de filosofia. Assim, até uma receita tradicional, como a moqueca, integra memória, cultura, biologia, geografia e física, demonstrando que os problemas do cotidiano são, por natureza, transdisciplinares (ibid., p. 82-83).

IV – Provocações metacoloniais de Eduardo Viveiros de Castro: a escola e o currículo ao modo do perspectivismo ameríndio

Nossa última provocação metacolonial apoia-se nos estudos do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro. Esse autor propôs uma verdadeira virada ontológica na Antropologia ao demonstrar que os povos ameríndios – entre eles, sobretudo os Araweté, com quem trabalhou – não apenas possuem modos distintos de pensar (epistemologia), mas habitam mundos ontologicamente diferentes em relação ao denominado pensamento "ocidental". Dessa forma, as inspirações viveirianas germinaram, neste ensaio, em uma confluência inflexiva-sistematizadora das nossas elucubrações sobre uma Educação Ecossocialista.

Em *Metafísicas Canibais* (2021), Viveiros de Castro demonstra que, para esses povos, existe uma paridade fundamental entre humanos e não humanos: todos são sujeitos, dotados de espírito e perspectiva próprios, sendo o corpo o elemento que diferencia suas aparências e capacidades. Segundo o autor, "a concepção ameríndia suporia (...) uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A 'cultura' ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, a 'natureza' ou o objeto, a forma do particular" (ibid., p. 43). Essa concepção, denominada *perspectivismo ameríndio*, propõe substituir o modelo do multiculturalismo – que pressupõe a unicidade da natureza com múltiplas culturas – pelo do multinaturalismo, no qual coexistem muitas naturezas com uma só cultura. Assim, todos os seres compartilham uma humanidade de base ("todos são gente"), mas habitam corpos distintos.

Tal concepção desafia a dicotomia cartesiana entre natureza e cultura, convidando-nos a pensar uma Educação Ecossocialista em que a Terra e os seres que a habitam não sejam meros recursos, mas parceiros de existência. Trata-se de um aprendizado que ocorre com a floresta e com as múltiplas formas de ser e existir no mundo – seja como humano, como jaguar ou como espírito da floresta. O perspectivismo ameríndio tensiona, desse modo, um dos pilares tradicionais da

Antropologia e das Ciências Humanas: a alteridade. Essa virada ontológica, proporcionada pelo multinaturalismo, reposiciona a *agência* humana em relação à Terra, ao território e às interações entre humanos e não humanos.

Finalmente, é justamente a partir desse reposicionamento diante das diversas formas de vida que um currículo ecossocialista metacolonial deve estabelecer uma dialogia capaz de fortalecer a luta pelos direitos dos animais e de outros seres não humanos – como florestas, rios e montanhas –, bem como pelas multinaturalidades que garantem a vida na e da Terra.

CONCLUSÃO

A Educação Ecossocialista, enquanto pedagogia insurgente, apresentada neste ensaio especulativo, configura-se como resposta inadiável às crises ecológica, social e epistêmica do nosso tempo, no contexto do Antropoceno em sua fase do Capitaloceno, isto é, a era dos homens pertencentes à classe social burguesa hegemônica que, sobretudo a partir da Revolução Industrial, se alicerçaram em um sistema capitalista fóssil, extrativista, produtivista e consumista, desdobrado em suas corporações globais no mundo contemporâneo.

A partir de uma análise crítica do ecossocialismo, apresentamos provocações metacoloniais inspiradas em ideias pontuais – da cosmovisão indígena de Ailton Krenak, do quilombismo de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), da Teia dos Povos fundada pelo campesino Joelson Ferreira (Mestre Joelson) e dos estudos do perspectivismo ameríndio do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro – que forneceram suporte teórico-reflexivo para alguns fundamentos de uma Educação Ecossocialista que aspira a devires-outros de escola e de currículo no Brasil. Entre tais fundamentos, destacam-se: a recusa à dicotomia artificial entre sociedade e natureza, oriunda da modernidade europeia; a crítica tanto à ecologia de mercado capitalista quanto ao socialismo produtivista, que ignorou o equilíbrio e os limites do planeta Terra; a fundamentação em uma "sociedade solidária" e em uma "civilização ecológica" democrática; o fomento a uma "guerra das denominações" como estratégia de enfraquecimento de linguajares coloniais opressores e ecocidas; a defesa da ideia de uma escola-território, substanciada nos saberes ancestrais dos povos originários (indígenas), dos quilombolas, dos campesinos e de outras minorias majoritárias; e o reconhecimento da paridade entre humanos e não humanos como sujeitos dotados de agência e direitos.

Diamantina Presença
RevistaDigital

Por fim, temos ciência das resistências institucionais e estruturais consolidadas no modelo educacional colonial, o que nos convoca a um complexo repensar político-epistemológico e ontológico. Trata-se de desarmar, inclusive, os modos pelos quais fomos ensinados a pensar e existir – em um ambiente urbano – que diferem sobremaneira das cosmovisões provocativas apresentadas neste ensaio.

REFERÊNCIAS

ANGUS, Ian. *Enfrentando o Antropoceno: ecossocialismo e a crise existencial da civilização capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2023.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

FERREIRA, Joelson. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Salvador: Teia dos Povos, 2021.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-185.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu, 2018.